

LABORATÓRIO DE GESTÃO NOS SERVIÇOS DE SAÚDE  
ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO  
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Nathalia Batalha Queiroz Zuccari

A PRODUÇÃO SOCIAL DO SEGUNDO SEXO:  
A construção histórica da essência feminina

Rio de Janeiro  
2012

Nathalia Batalha Queiroz Zuccari

A PRODUÇÃO SOCIAL DO SEGUNDO SEXO:

A construção histórica da essência feminina

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio como requisito parcial para aprovação no curso de especialização profissional de nível técnico em gerência em saúde.

Orientadora: Grasielle Nespoli

Rio de Janeiro

2012

Nathalia Batalha Queiroz Zuccari

A PRODUÇÃO SOCIAL DO SEGUNDO SEXO:

A construção histórica da essência feminina

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio como requisito parcial para aprovação no curso de especialização profissional de nível técnico em gerência em saúde.

Aprovado em \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

nome, instituição

---

nome, instituição

---

nome, instituição

*Dedico este trabalho a todas nós mulheres. Que nossa força e coragem para lutar jamais esmoreçam. E que nossa luta dure até que não reste mais nenhuma mulher oprimida pelo machismo.*

## AGRADECIMENTOS

2012 foi um ano de muitas mudanças na minha vida, em todos os seus sentidos e nuances. Creio que, naturalmente, isso tenha se refletido em tudo o que fiz ao longo dos meses, inclusive nessa monografia. Se foi um reflexo positivo ou negativo, eu não saberia dizer. Só o que sei é que fiz o que pude com o que tinha em mãos, e um pouco de mim está encerrado nesse trabalho.

Agradeço primeiramente aos meus pais. Se não fosse pelos seus esforços e pela sua dedicação, eu não teria chegado onde cheguei, nem teria condições de realizar este trabalho. Obrigada por tudo, pelo amor, pelo apoio e até mesmo pelas cobranças.

Agradeço também a todos os meus amigos e familiares que sempre me apoiaram e acreditaram na minha capacidade.

Obrigada aos meus orientadores Felipe Pinto e Grasielle Nespoli, que foram pacientes comigo durante todo esse ano e estiveram a postos para me ajudar e motivar da melhor maneira que podiam. Devo muito a vocês.

Agradeço a Escola Politécnica, que me ensinou muita coisa. Os melhores e piores anos da minha vida até hoje, passei dentro daqueles prédios, e jamais vou esquecer todas as experiências, as pessoas e o aprendizado.

Gostaria de agradecer também a três pessoas em particular. Ao meu amigo Bruno, que me apoiou incondicionalmente durante todo esse tempo de politécnica, que sempre esteve ao meu lado quando precisei, me colocou pra cima quando eu estava mal e me deu muita força para terminar essa bendita monografia. Eu te amo, meu chocolate quente. Sim, eu escrevi isso nos agradecimentos da monografia e tenho certeza que você ficou sem graça ao ler. À minha prima Débora, que me atura desde que eu nasci e que sofreu muito durante esses meus anos na politécnica, principalmente nesse terceiro ano, com todas as minhas reclamações, lamúrias e coisas do gênero. Deve ter sido difícil e admiro e agradeço sua paciência, apoio e amor. Eu te amo, sua linda. E ao meu querido Gerson, que me apoiou e motivou na fase final da confecção da monografia, quando a última coisa que eu queria fazer era sentar e escrever.

E por último, mas não menos importante, quero congratular a mim mesma, considerando que fui eu quem mais se estressou com essa monografia e quem teve o trabalho de ler vários materiais, selecionar o que era importante e o mais complicado, escrever. O tema é uma paixão minha, uma causa na qual realmente acredito e a qual defendo, o que serviu de estímulo, e me faz feliz saber que, mesmo com todas as imperfeições e limitações, com este trabalho contribuí de alguma forma para mudar a situação das mulheres. Foi muito complicado, não saiu como planejado, mas valeu a pena.

*“A existência precede a essência.”  
(Jean-Paul Sartre)*

*“Não se nasce mulher, torna-se uma.”  
(Simone de Beauvoir).*

## RESUMO

Este trabalho discorre sobre a construção social e histórica da mulher, analisando como esta se insere na sociedade patriarcal e o modo como se dá e se justifica a dominação e opressão do sexo masculino sobre o feminino. Apresenta uma análise sobre o movimento feminista e sua influência sobre as mudanças no que tange ao papel social, político e econômico da mulher na atualidade. Expõe a teoria anti-essencialista no âmbito do feminismo, o existencialismo feminista, que compõe o principal argumento para desconstrução da ideia de uma essência feminina. Conclui que a questão da inferioridade da mulher é fruto da ideologia machista do sistema patriarcal que rege majoritariamente as sociedades desde a antiguidade, e que a equidade entre os sexos está longe de ser atingida.

Palavras-chave: Feminismo. Essência. Patriarcado.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2 A PRODUÇÃO SOCIAL DO SEGUNDO SEXO E O ESTIGMA DO FEMININO .....</b>	<b>13</b>
<b>3 A MULHER PÓS FEMINISMO.....</b>	<b>23</b>
<b>4 O EXISTENCIALISMO FEMINISTA.....</b>	<b>30</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>35</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>37</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Antes do surgimento do feminismo no século XX, a questão da mulher não era nem mesmo uma questão. Seu lugar na sociedade, seus direitos, não eram um assunto com relevância social, como o desemprego ou a fome. Em grande parte das nações a mulher era vista como o sexo frágil, inferior, cuja capacidade se limitava a ser uma moça comportada e obediente ao pai, até que este a entregasse ao marido, e a partir daí devia cuidar deste, de sua casa e de seus filhos. Ou seja, seu propósito de vida era servir aos homens, primeiro o pai e depois o marido, sem ter o controle de sua própria vida e vontades. Dessa forma, não precisavam e nem deveriam ter acesso à educação escolar, política e filosófica e ao trabalho produtivo.

Todavia, a necessidade do mercado capitalista de mão de obra barata abriu a brecha que as mulheres precisavam para que pudessem participar mais ativamente da sociedade no âmbito político e econômico. E juntamente a este fato, houve a mobilização de algumas mulheres que iam contra o projeto de vida destinado a elas, que trabalhavam, estudavam e procuravam conquistar sua independência. Como disse Virginia Woolf, “talvez, ser uma mulher ao velho estilo seja um pouco cansativo; talvez não seja totalmente satisfatório” (WOOLF, 2012, p. 64). Ser mulher ao velho estilo, ou seja, submissa e dependente, já não mais satisfazia - se é que realmente satisfez algum dia – as mulheres. Esses acontecimentos tornaram possível o surgimento do movimento feminista entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX.

Daquela época até os dias atuais, muita coisa mudou, de fato. As mulheres conquistaram o direito ao voto; estão inseridas no mercado de trabalho, mesmo que ainda enfrentem dificuldades como a diferença de salário em relação aos homens; muitas são as responsáveis pelo sustento de suas famílias, etc. No entanto, sob o pano de conquistas atingidas pelas mulheres, se esconde a raiz do problema que está longe de ser resolvido. A opressão social sofrida pela mulher não acaba, porque a sociedade ainda se encontra profundamente ligada aos valores patriarcais construídos historicamente, que se referem à inferioridade feminina e à supremacia masculina. Esses valores se encontram fortemente presentes no cotidiano das pessoas, mas por terem sido tão amplamente difundidos e naturalizados, elas nem se dão conta da sua influência em suas vidas. Em vista disso, para que se consiga uma mudança prática efetiva na realidade social é necessária uma mudança no imaginário social, ou seja, uma reforma no modo

de pensar, uma reeducação da população, tanto de homens quanto mulheres, a respeito da inconveniência da divisão binária da sociedade, da hierarquização dos gêneros, da naturalização da redução da sociedade e da realidade produzida por ela a aspectos biológicos como a diferença entre os sexos e a opressão do dito mais forte sobre o mais fraco, ignorando outros fatores sociais determinantes.

Por esta razão, a questão da mulher é muito atual e significativa, não apenas para que haja mudança na condição social das mulheres, mas também para a instituição de práticas sociais mais justas, de uma política igualitária, porque a almejada reeducação da população não objetiva acabar com a hierarquização dos sexos apenas, mas das classes em geral, sendo assim de demasiada importância sua discussão.

Diante deste cenário, este trabalho discorre sobre a construção social e histórica do segundo sexo (da mulher). Desta forma, no primeiro capítulo é apresentada uma reflexão acerca da constituição da sociedade patriarcal e do domínio masculino, demonstrando as justificativas ideológicas masculinas para a opressão feminina. No segundo capítulo, uma análise acerca da situação da mulher na sociedade no século XX, a respeito das mudanças sociais, políticas e econômicas provocadas pelo feminismo e sobre o quanto do domínio patriarcal e da opressão sobre a mulher ainda se mantém nos dias de hoje. E no terceiro capítulo, são apresentadas as correntes essencialistas e anti-essencialistas no âmbito do movimento feminista, que levou à constituição teórica do existencialismo feminista.

Quanto à metodologia, entende-se que a pesquisa, apesar de ser uma atividade científica teórica, une pensamento e ação, pois as questões do estudo tem sua origem na realidade social. O que significa que, para que algo seja considerado um problema, este precisa ser um problema real, algo concreto que afete a realidade social. “Toda investigação se inicia por uma questão, por um problema, por uma pergunta, por uma dúvida” (MINAYO, DESLANDES, GOMES, 2010). Dessa forma, a questão que motiva esta pesquisa é a construção histórica de uma essência feminina. Pretende-se analisar esta questão e seus desdobramentos com base na revisão de textos de autores de referência sobre o tema, como Simone de Beauvoir, Tania Navarro, Virginia Woolf e Chantal Mouffe, abordando também a proposta feminista anti-essencialista, o chamado existencialismo feminista, que é um dos focos deste estudo.

A pesquisa qualitativa estuda o que é produzido pelas relações humanas, um composto de fenômenos que envolvem crenças, valores e atitudes, ou seja, coisas que não podem ser quantificadas. Ela se aprofunda naquilo que não é palpável ou visível.

Uma vez que o tema deste trabalho é de caráter social e advém do modo como são estabelecidas as relações entre os gêneros, este tipo de pesquisa é pertinente, pois sua utilização permite a compreensão dos fenômenos recorrentes na realidade social.

## 2 A PRODUÇÃO SOCIAL DO SEGUNDO SEXO E O ESTIGMA DO FEMININO

Com a disseminação das teorias e práticas feministas no século XX, tornou-se constante a presença da mulher como tema de estudos e discussões polêmicas, que debatem e reivindicam seus direitos, seu papel e relevância social. Essas discussões e as suas consequências políticas, sociais e econômicas levam a perguntas como: Por que é necessário discutir sobre a mulher? Qual é o grande problema enfrentado pelo sexo feminino? Se, de fato, é uma questão tão importante, por que nunca foi tratada como tal até recentemente? Para compreendermos melhor o problema e responder a estas questões é importante refletirmos sobre a construção histórica da mulher que, mesmo sendo, por sua condição primeira de ser humano, potencialmente detentora de liberdade e autonomia, é sujeitada pelo homem à condição de outro, de segundo sexo. Ela é transformada em objeto do sujeito (homem), tornando-se subordinada à soberania do pensamento masculino e, encontrando-se nessa posição de subserviência, não possui os meios necessários para sair desse estado e conquistar sua independência. Como elucida Virginia Woolf, além do acesso irrestrito a educação, se faz necessário para a emancipação feminina que,

as mulheres tenham liberdade de experiência, possam divergir dos homens sem receio e expressar claramente suas diferenças (...), que todas as atividades mentais sejam incentivadas para que sempre exista um núcleo de mulheres que pensem, inventem, imaginem e criem com a mesma liberdade dos homens e, como eles, não precisem recear o ridículo e a condescendência. Essas condições, a meu ver muito importantes, são dificultadas (2012, p. 50).

Demorou um longo tempo para que se tornasse propício o início do processo de emancipação, para que o declínio da subjugação feminina principiasse. A opressão sobre a mulher subsiste desde os tempos antigos. Constituiu-se historicamente através das relações sociais uma divisão binária da sociedade entre feminino e masculino, onde hierarquicamente o homem está acima da mulher. Esta relação de subordinação das mulheres em relação aos homens já foi sugerida como uma das primeiras formas de opressão da história da humanidade, remontando à antiguidade. Nesta época foi sendo construído um tipo de organização social que concentrava o poder em mãos masculinas, o que muito depois foi nomeado como sistema patriarcal. O patriarcado é um modelo social que, mesmo sob diferentes formas que variam de acordo com a conjuntura social de um determinado lugar em uma determinada época, mantém uma característica

universal, a dominação masculina. Em síntese, neste modelo a autoridade sobre as mulheres, os filhos, os servos e as posses de modo geral é do chefe ou patriarca. Este último é o eixo que orienta a vida dos outros.

É válido ressaltar que, como nenhuma sociedade é igual à outra, cada uma possuindo cultura e leis próprias, a mulher não ocupa o mesmo espaço na realidade social em todas elas. Ela não é sempre igualmente oprimida, nem completamente privada de deter algum tipo de poder e direito, mas a divisão binária da sociedade e a subordinação da mulher representam um padrão que parece repetir-se em quase todas as sociedades e épocas até hoje, divergindo no grau e no modo como ocorrem. A classificação do ser humano enquanto mulher delimita seu poder, seus direitos e sua importância na história da humanidade, pois pertencer a este gênero as torna naturalmente inferiores e, por isso, submissas ao gênero dominante, o masculino.

O termo patriarcado deriva da palavra grega *pater* que se refere a um território governado por um patriarca. O termo é utilizado no sentido da orientação masculina de uma organização social, uma autoridade masculina que detém o poder sobre todos os outros. Esta pode ser uma figura religiosa, política ou até mesmo restringir-se ao domínio privado, referindo-se a um homem que possui poder sobre seus familiares e empregados. Trata-se, portanto, de uma ideologia em que o homem é a autoridade máxima, devendo aqueles que não se assemelham a ele fisicamente, ou seja, os que não são adultos pertencentes ao gênero masculino, subordinarem-se a ele. Esse perfil de organização social hierarquiza as relações entre as pessoas e as tornam desiguais, excludentes. O patriarca é quem pratica e estimula essa desigualdade, de forma a manter sua soberania, impondo assim suas convicções que justificam a manutenção de seu *status* de superioridade e o de inferioridade de seus subordinados. Sugere-se que as primeiras referências à patriarcado foram iniciadas pelos hebreus e sua ascensão foi igualmente responsável por estes, povo que surgiu no Oriente Médio por volta de 1200 a.C. A história do lugar em questão e do próprio povo hebreu leva à reflexão acerca da influência religiosa sobre a mudança de poder do matriarcado ao patriarcado<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Anteriormente, quando o politeísmo (ou paganismo, como é chamado tudo que foge à perspectiva cristã), a religião dos povos antigos, predominava, uma das grandes divindades cultuadas era a Deusa Mãe, uma divindade feminina que representa a geração da vida, a natureza, a fertilidade e a cultura. Seu culto remonta ao início da história humana, tendo sido observado inicialmente na Pré-história. Naquela época, a mulher possuía um papel um pouco diferente do que passou a ter na sociedade patriarcal. No matriarcado, as mulheres possuíam relevância social, exerciam poder sobre uma comunidade e eram encarregadas das fontes de sustento e distribuição de bens. Claro que esta situação não era universal e a opressão sobre a mulher já existia. Com a ascensão do patriarcado, a tradição de adoração à deusa se tornou uma ameaça à consolidação do poder pelos homens e foi sendo enfraquecida e subjugada com o tempo.

O cristianismo e seus dogmas contribuíram de forma crucial e incontestável para a criação do mito do feminino. O episódio da lendária Eva com uma serpente em um jardim definiu por muito, muito tempo o destino das mulheres. A suposta inferioridade da mulher em relação ao homem seria justificada através do argumento de que o ser humano enquanto mulher é detentor de um corpo imperfeito, um espírito débil e uma moral incerta, o que as condena à domesticação, à alienação, à submissão, ao silêncio e à aceitação de sua inferioridade dita natural, que as acompanha desde o nascimento até a morte por serem do “segundo sexo”, o estigma do feminino. Demonizado não apenas pelos religiosos, mas também por intelectuais importantíssimos para o processo de construção do conhecimento humano, como Aristóteles, o feminino carregaria em sua essência o pecado e a debilidade moral. Legisladores, sacerdotes, filósofos, escritores, sábios, moralistas, satíricos, em suma, homens, desde a antiguidade deleitaram-se em apontar as fraquezas femininas.

Acreditava-se que a mulher seria uma prostituta em potência. Pode-se compreender esta ideia ao analisar um exemplo simples, o de homens que cometem adultério. Estes são frequentemente tratados como as vítimas da circunstância, pois seria a mulher que os tentaria e os faria cair em perdição. O caráter masculino e sua suposta superioridade não são contestados no caso. A culpa recai sobre a figura feminina, mesmo sem que esta realize alguma ação direta. A mulher paga por essa culpa sendo mãe e sendo prostituta em ato. Ela resgata sua imperfeição através da maternidade, por possibilitar a reprodução do humano e, principalmente, do masculino, e também ao saciar a libido masculina. Encontra-se assim a mãe e a prostituta, as duas figuras pelas quais tradicionalmente se definiu o feminino, que dão ênfase ao caráter subserviente da mulher, como aponta Tania Navarro (2004). Por meio dessa estereotipagem, entende-se que as mulheres só realizam sua função no mundo quando servem ao homem, dando-lhe uma descendência e satisfazendo seus desejos. A maternidade é o seu destino, e a prostituição é a representação da impureza de sua essência.

Um ponto que deve ser indicado é que não é objetivo deste trabalho, nem é a proposta do feminismo, defender a ideia de que o sistema matriarcal deveria tomar o lugar do patriarcal. Não se ambiciona o término da supremacia masculina para a ascensão de uma nova era em que as mulheres estariam no comando. O pressuposto do

---

feminismo é uma reforma na estrutura da sociedade, não apenas uma troca de poderes que perpetuaria a opressão de um grupo dito superior sobre outro dito inferior.

Ser homem é visto como algo natural na sociedade. Está subentendido em tudo, até na linguagem, que “(...) um homem está em seu direito sendo homem, é a mulher que está errada” (DE BEAUVOIR, 1970, p. 9). “A relação dos dois sexos não é a das duas eletricidades, de dois polos. O homem representa há um tempo o positivo e o neutro, a ponto de dizermos ‘os homens’ para designar os seres humanos”. A mulher, portanto, representa o negativo, o não natural.

O homem se reconhece como o modelo humano integral. A humanidade é masculina e a mulher não possui uma definição por si mesma, mas em relação ao homem. Por isso é considerada como um espécime comprometido, incompleto, graças a sua situação singular de fêmea, que possui ovários e um útero e é limitada por isso. De Beauvoir parafraseia Aristóteles e afirma que “a fêmea é fêmea em virtude de certa carência de qualidades” (DE BEAUVOIR, 1970, p. 10). Sua natureza inacabada é simbolizada por Eva quando esta, na mitologia cristã, é extraída do esterno de Adão. Mais uma vez a religião e a ideologia se mostram presentes na criação do mito do feminino.

“A alteridade é uma categoria fundamental do pensamento humano. Nenhuma coletividade se define nunca como Uma sem colocar imediatamente a Outra diante de si” (DE BEAUVOIR, 1970, p. 11). O pensamento da filosofia moderna é centrado na busca pela certeza e eficácia. E a primeira e principal certeza a que se chega é a consciência do eu, a certeza de ser, de pensar, o *cogito*. René Descartes o demonstra em suas *Meditações* (1983). A completa consciência-de-si do sujeito prevê que tudo é uma representação do próprio sujeito e toda verdade se encontra em sua relação consigo mesmo. O que dá realidade às coisas é a consciência do eu. Deste modo, “a categoria do Outro é tão original quanto a própria consciência” (DE BEAUVOIR, 1970, p. 11). Ou seja, o Outro nada mais é que outro sujeito, outra consciência. Portanto, relações de dualidade, de oposição, são básicas e inevitáveis. Existe “(...) uma hostilidade fundamental em relação a qualquer outra consciência” que não a própria, de forma que o sujeito “(...) pretende afirmar-se como essencial e fazer do outro o inessencial, o objeto” (DE BEAUVOIR, 1970, p. 12). Porém, a outra consciência se coloca da mesma forma imperiosa, o que nos leva a descobrir a relatividade da ideia de Outro. Ou seja, é uma questão de perspectiva e os indivíduos se veem obrigados a reconhecer a correlação que existe entre eles. Essa conclusão levanta um questionamento. Se os

indivíduos se veem obrigados a aceitar a reciprocidade de suas relações e se entendem a relatividade que envolve os papéis de Um e de Outro, sabendo do obstáculo de colocar-se como o único essencial, por que se estabelece então a relação de subordinação entre os sexos? E, principalmente, por que a mulher não contesta a posição de *alfa* assumida pelo homem? Por que aceita uma posição de submissão? A resposta é relativamente simples e lógica. Nenhum sujeito se coloca voluntariamente na posição de Outro. É o Um definindo-se como Um que o coloca como Outro, mas para que não haja uma inversão de posições, é preciso que o Outro incorpore essa concepção exterior a ele, o que acaba por naturalizá-la.

Uma razão comumente reivindicada para o domínio de uma categoria sobre outra é a inferioridade numérica da segunda, entretanto as mulheres, diferentemente dos judeus, por exemplo, não são, de fato, uma minoria. Na verdade, elas correspondem cerca da metade da população mundial. De acordo com dados da ONU, nascem mais meninos do que meninas, mas a taxa de mortalidade entre os homens é maior, o que provoca um equilíbrio na quantidade de pessoas dos dois sexos (variando a idade). A quantidade varia também de acordo com a região, em países como a China a maioria populacional é masculina, mas já na Europa há uma quantidade maior de representantes do sexo feminino, entretanto, sua quantidade pouco importa, afinal, não se pode justificar a opressão de um grupo pelo outro devido a sua inferioridade numérica, nem por qualquer outro argumento. Opressão não é justificável. Mesmo assim, outra estratégia utilizada na tentativa de justificar relações de dominação são marcos históricos que acabaram por confrontar grupos que eram inicialmente independentes. Um exemplo seriam os negros africanos que acabaram por tornar-se escravos devido às conquistas coloniais na África por potências européias. No entanto, diz-se que a mulher é subordinada ao homem em virtude de sua estrutura fisiológica e da natureza moral e espiritual que lhe são associadas. De Beauvoir afirma que ela sempre esteve subjugada ao homem de alguma forma, que sua submissão não é consequência de algum acontecimento, não se criou através dos tempos, ela não aconteceu (1970). É como uma condição natural que desafia qualquer mudança, mas que assim como a realidade social, a natureza não é impassível à mudança. Podemos, entretanto, perceber nessa parte do discurso de De Beauvoir uma inclinação a naturalizar não apenas a diferença da mulher em relação ao homem, mas também a própria dominação masculina, como se esta fosse algo natural. De fato, a mulher vem sendo subjugada por uma razão de cunho “natural”, e sua submissão não é consequência de algum acontecimento específico, mas o fator

natural reside na diferença biológica apenas, não há nada de natural a respeito da dominação masculina. E essa diferença se solidifica e é naturalizada ao longo de toda a construção histórica do patriarcado, não consistindo num acontecimento específico, mas num processo de construção histórico contínuo, sendo colocada de maneira a ser tratada como uma condição natural que desafia qualquer mudança.

Porém, há outro ponto a ser pensado. Se a mulher acata a definição dela mesma feita pelo homem e se enxerga como um ser incompleto e inferior em relação a ele, sem contemplar sua própria condição de sujeito integral e independente, é porque ela mesma escolhe que assim seja. A mulher não se impõe como sujeito. Sua ação “(...) nunca passou de uma agitação simbólica; só ganharam o que os homens concordaram em lhes conceder; elas nada tomaram; elas receberam” (DE BEAUVOIR, 1970, p. 13). Mas isso não é algo natural, do mesmo jeito que o Outro não se define espontaneamente como Outro, ao contrário, é colocado nesta posição, ele também não pode, sem acesso a nenhum instrumento, livrar-se de sua condição. As mulheres não possuem

(...) os meios concretos de se reunir em uma unidade que se afirmaria em se opondo. Não tem passado, não tem história, nem religião própria. (...) Vivem dispersas entre os homens, ligadas pelo *habitat*, pelo trabalho, pelos interesses econômicos, pela condição social a certos homens – pai ou marido – mais estreitamente do que às outras mulheres (DE BEAUVOIR, 1970, p. 13).

Além disso, muitas mulheres vivem em condições de opressão tão extremas que, ao menor sinal de tentativa de emancipação, são violentamente reprimidas. O domínio patriarcal se dá em muitas sociedades através do poder sobre a vida e a às vezes a única maneira das mulheres livrarem-se desse domínio é pela morte. Com qualquer expressão de auto consciência e busca por liberdade elas conseguem apenas repressão violenta e assassinato.

Há também um fato que passa muitas vezes despercebido, mas é de fundamental relevância para se compreender a grande dificuldade que é a libertação da mulher de sua condição de oprimida. Quem é o seu opressor. Os homossexuais poderiam sonhar em exterminar todos os homofóbicos da face da Terra; os negros poderiam sonhar em acabar com todos os racistas ou, até mesmo, com toda a população branca do mundo e então formar uma humanidade totalmente negra; e a mulher? Nem mesmo em sonho a mulher pode almejar acabar com todos os homens.

O laço que a une a seus opressores não é comparável a nenhum outro. A divisão dos sexos é, com efeito, um dado biológico e não um momento da história humana. É no seio de um *mitsein* original que sua oposição se formou e ela não a destruiu. O casal é uma unidade fundamental cujas

metades se acham presas indissolúvelmente uma à outra: nenhum corte é possível na sociedade por sexos. Isso é o que caracteriza fundamentalmente a mulher: ela é o Outro dentro de uma totalidade cujos dois termos são necessários um ao outro (DE BEAUVOIR, 1970, p. 14).

Essa relação equipara-se à dialética do Senhor e do escravo (Hegel, 1993). Na relação entre eles, a necessidade do outro é recíproca. Entretanto, essa reciprocidade não liberta o escravo. O senhor não expõe a sua necessidade do escravo, ele possui o poder para satisfazê-la e o monopoliza, e o escravo, por sua vez, em seu estado de dependência, medo ou fé, não se dá conta do poder que ele próprio possui e enxerga a relação de necessidade como uma via única. A premência da necessidade, mesmo que seja igual para ambos, sempre favorece o opressor sobre o oprimido. Tomemos o Senhor como o homem e o escravo como a mulher. O desejo sexual e o de perpetuação da espécie que constituem a necessidade biológica que une os dois sexos e coloca o Senhor homem sob a dependência da fêmea escrava, não conseguiu promover a libertação social da mulher. A saída deste círculo vicioso de opressão é a anteriormente mencionada consciência-de-si: quando a mulher experencia a consciência-de-si em toda a sua totalidade através do autoconhecimento, torna-se capaz de libertar-se de sua alienação e transfere o poder de si mesma para suas próprias mãos, deixando de ser objeto do Sujeito masculino para enxergar em si um Sujeito independente.

A maioria (homens e mulheres) prefere fechar os olhos, mas é claro que a mulher sempre foi subordinada ao homem. Homem e mulher nunca conviveram em sociedade em igualdade de condições, mesmo hoje, quando a situação social feminina está evoluindo, ainda há muitos problemas, muitos impedimentos. Como já foi exposto anteriormente, essa situação prevalece há tanto tempo que é considerada como uma verdade absoluta, o que é absurdo e só contribui para comprovar a inconsistência e a fragilidade da ideia de inferioridade da mulher. É uma “verdade natural” produzida pelo senso comum desde o início das relações humanas e disseminada desde então. E por isso, a mulher é colocada num lugar que a impede de evoluir, expandir-se. Entretanto, isso demonstra, como disse Woolf parafraseando um crítico, que na verdade, “(...) há um instinto masculino forte e inextirpável de que uma jovem culta ou mesmo talentosa é o monstro mais intolerável de toda a criação” (2012, p. 59).

“A fim de provar a inferioridade da mulher, os antifeministas apelaram não somente para a religião, a filosofia e a teologia, como no passado, mas ainda para a ciência: biologia, psicologia experimental, etc.” (BEAUVOIR, 1970, p. 17). Se antes o

homem justificava a inferioridade da mulher através de argumentos religiosos e filosóficos, como já foi exposto anteriormente neste trabalho na questão da essência débil e pecadora, com a modernidade passaram a utilizar dados biológicos para tentar legitimá-la como verdade científica. Utilizando argumentos baseados na biologia e na razão humana e assim pensando sobre a mulher um significado e destino puramente fisiológicos, psicológicos e racionais, retira-se todo o sentido de discutir a liberdade e autonomia dela. Por isso, deve-se desconstruir essas ideias.

Como aponta De Beauvoir, o termo biológico “fêmea” é muito pejorativo, não porque relacione a mulher com a natureza, mas porque a confina em seu sexo. Refere-se a aspectos fisiológicos, seios, ovários, um útero, e é usada como se bastasse para definir o ser mulher. Além disso, o homem o utiliza como um insulto, pois esse sexo parece a ele vil e hostil, apesar dele mesmo não se envergonhar ou ter qualquer tipo de preconceito com seu lado animal, tanto que ser considerado um macho é motivo de orgulho. E essa animosidade do homem em relação ao sexo feminino é visível na hostilidade que a mulher suscita nele, e ele procura encontrar na biologia uma justificativa para este sentimento. Mas essa hostilidade é, na maioria das vezes gratuita, e “recobre uma vontade de autojustificação mais ou menos habilmente mascarada” (DE BEAUVOIR, 1970, p. 16).

Inerte, impaciente, matreira, insensível, lúbrica, feroz, humilhada, o homem projeta na mulher todas as fêmeas ao mesmo tempo. E o fato é que ela é uma fêmea. Mas se quisermos deixar de pensar por lugares comuns, duas perguntas logo se impõem: Que representa a fêmea no reino animal? E que espécie singular de fêmea se realiza na mulher? (DE BEAUVOIR, 1970, p. 25).

A fêmea no reino animal age das mais variadas formas e possui as mais diversas características fisiológicas e comportamentais,

(...) a fêmea do louva-a-deus e a aranha, fartas de amor, matam o parceiro e o devoram; a cadela no cio erra pelas vielas, deixando atrás uma esteira de odores perversos; (...) as mais soberbas feras, a leoa, a pantera, deitam-se servilmente para a imperial posse do macho (DE BEAUVOIR, 1970, p. 25).

Para a biologia, porém, sua principal função é a reprodução junto ao macho, a geração de novos seres de sua espécie. Justifica-se a partir disso que, sendo a mulher uma espécie de fêmea, o que a definiria essencialmente são seus aspectos fisiológicos. Logo, a maternidade seria seu destino, conclusão que promoveu uma mistificação em torno do desejo de maternidade e o amor materno como partes constitutivas do

feminino, fixando uma classificação padrão essencialista sobre as mulheres. Como afirma Tania Navarro, “(...) o discurso social torna inseparável a imagem da ‘verdadeira mulher’ e da mãe” (2004, p. 45). É válido, porém, limitarmos o papel e a relevância de um ser humano com base em aspectos puramente biológicos? De acordo com os próprios cientistas, o que difere o ser humano dos outros seres que constituem o reino *animalia* é a sua capacidade elevada de raciocínio, que não o deixa completamente subordinado a seus instintos biológicos e lhe permite pensar, desenvolver variadas formas de linguagem e expressão, lhe permite trabalhar, criar, produzir. Foi dessa forma que vivemos em sociedade até hoje, modificando a natureza de acordo com o nosso interesse e comodidade, criando civilizações, produzindo cultura. Somos seres sociais.

Partindo do ponto que somos então seres sociais e que as relações que se estabelecem no meio social ditam a nossa vida, podemos concluir que não somos apenas o que nossa fisiologia delimita. Portanto, não é por ser mulher, que a maternidade me é uma obrigação, ou que me é permitido relacionar-me apenas com homens, etc. E, principalmente, é por sermos muito mais do que nossa biologia delimita que a diferença sexual não é pertinente em todas as relações sociais. De fato, ela pode ser considerada irrelevante em muitas delas. Esta é uma das grandes bandeiras defendidas pelo movimento feminista, o que não significa que este defenda o desaparecimento total da diferenciação sexual como uma forma de distinção válida. Existem, na verdade, opiniões muito divergentes dentro do próprio movimento feminista. Entretanto, uma das ideias principais apresentadas pelas feministas e a defendida neste trabalho é que a questão não é eliminar as diferenças, tendo em vista que algumas delas são concretas e irrefutáveis, além de fazerem parte da singularidade de cada indivíduo. A intenção é compreender até que ponto elas são relevantes e, principalmente, entender que essas diferenças não tornam um sexo melhor ou mais apto em detrimento de outro, pois o gênero compõe apenas uma fração da totalidade do ser.

Meu argumento é que nem o sexo biológico, nem o gênero nem as práticas sexuais podem dar uma definição do ser humano, atestando uma essência qualquer ou uma substância estável de homogeneidade individual (NAVARRO, 2004, p. 56).

Como foi dito, a razão é crucial para o desenvolvimento do ser humano, sendo a capacidade raciocínio nossa característica principal. Entretanto, também a razão é supostamente dispensada às débeis mulheres. Como diz Tania Navarro, a razão tomou uma identidade masculina, de modo que “ser racional não significa ser humano (...). Ser racional significa ser um homem, gênero masculino, origem dos discursos de verdade”

(2011, p. 1). E uma vez que ser racional foi atrelado à definição de ser homem, o verdadeiro sexo, a mulher, o segundo sexo, se torna seu oposto, a loucura. Ela, ao contrário do homem, não possuiria a capacidade de ultrapassar seu lado animal, instintivo e irracional. Não conseguiria transpor as limitações de seu corpo imperfeito impregnado de desejos irracionais e luxuriosos, e assim atingir o nível de consciência necessária determinado pela razão masculina. Daí a sua essência pecadora e sua conduta débil. Por isso precisa ser controlada, para a prevenção de atitudes insanas como opor-se ao seu destino biológico de reproduzir o masculino e resistir às restrições físicas e morais que lhe são feitas.

Após todos os fatos expostos, podemos concluir que a inferioridade feminina não é uma verdade natural, um fato incontestável. Ao contrário, é uma ideia produzida, ideologicamente justificada e amplamente disseminada ao longo de toda a história, e isso sim é um fato. Fato esse comprovado ao longo dos anos de atuação do movimento feminista. Essa desestabilização do pilar das verdades do imaginário social foi fundamental, mas é uma mudança muito subjetiva e se reflete principalmente no campo teórico. E na prática, que mudanças de fato o feminismo provocou na sociedade? Quais são as suas propostas na atualidade? Qual é o papel da mulher na sociedade moderna atual? Trabalharemos sobre essa e outras questões no próximo capítulo.

### 3 A MULHER PÓS FEMINISMO

Com o surgimento e a ascensão do movimento feminista no período entre o século XIX e o início do século XX, destacaram-se intensas atividades feministas. Protestos, marchas, greves por parte das mulheres em fábricas, etc. Sugeriu-se a classificação da história do movimento em três ondas, sendo a primeira neste período. Inicialmente, as questões levantadas eram mais simplistas, como a oposição em relação a casamentos arranjados e à propriedade de mulheres casadas (e seus filhos) por seus maridos. No fim do século XIX, o ativismo passou a se focar em questões mais complexas, principalmente na conquista de poder político, especialmente o direito ao sufrágio por parte das mulheres, direito este alcançado nos Estados Unidos em 1919, através da 19ª Emenda à Constituição dos Estados Unidos, que as concedeu o direito ao voto em todos os estados. Diz-se que esta conquista deu fim à primeira onda do feminismo. É válido mencionar que o Brasil sempre esteve muito atrás em relação à garantia de direitos da mulher, até 1932 ela não era nem considerada cidadã.

A segunda onda teria durado da década de 1960 até o final da década de 1980, e teria sido marcada por atividades feministas que focavam no combate à desigualdade e a discriminação. As feministas ativistas da segunda onda enxergavam que as desigualdades culturais e políticas sofridas pelas mulheres estavam inevitavelmente ligadas entre si, e encorajavam as mulheres da sociedade a compreenderem aspectos de suas vidas pessoais como sendo profundamente politizados, e refletindo as estruturas de poder sexistas.

A terceira onda teria se iniciado na década de 1990 como resposta a falhas da segunda onda. Um exemplo de falha seria a colocação de definições essencialistas da feminilidade durante as atividades da segunda onda. Como vimos até agora e como analisaremos melhor mais adiante, a questão de atribuir a mulher uma essência constitui um dos argumentos de sustentação da opressão masculina, e por isso, endossar essa ideia, mesmo que num sentido oposto ao feito pelo patriarcado, é uma forma de contribuir para a opressão feminina.

Além das ondas, existem dois momentos igualmente fortes da história do feminismo. Um deles é o surgimento das pós-feministas por volta de 1980, que criticavam as ideias da segunda e terceira ondas, e que foram fortemente julgadas pela sua postura. A própria colocação do prefixo “pós-“ a feminismo seria uma afronta a toda luta das mulheres por igualdade, dando a falsa impressão de que esta já havia sido

atingida. Este é um equívoco muito comum entre as mulheres em geral, pensar que as vitórias almeçadas no último século nos garantiram equidade em direitos, mas é um pensamento ilusório, principalmente no que tange à prática social. Falaremos mais sobre ele mais a frente.

O outro momento forte da história do feminismo foi o chamado feminismo francês, por volta da década de 1970. Este ramo do feminismo, mesmo estando também ligado a práticas sociais, contribuiu mais fortemente no campo teórico, sendo mais filosófico e literário. Simone de Beauvoir, autora usada como referência para o presente trabalho, foi destaque deste ramo, tendo escrito ensaios, romances e monografias com abordagem filosófica e política a respeito da opressão sobre a mulher.

Essas atividades feministas desde o século XIX vêm viabilizando as mulheres um espaço maior na sociedade. Elas vêm se inserindo no “mercado de trabalho”, na educação, no campo intelectual e mesmo na política, conquistando direitos civis, políticos e sociais. Essa mudança pode ser atribuída a duas razões principais. A necessidade do sistema capitalista de mão de obra barata, considerando que grande parte das mulheres não era instruída e sua força física era inferior a dos homens, e, portanto, seu trabalho valia menos. Este fato deu oportunidade para as mulheres comuns, de classe baixa que não tinham acesso à educação ocuparem um lugar mais ativo na sociedade, elas passaram a participar do trabalho produtor, e graças a isso as reivindicações feministas conseguiram sair do terreno teórico, encontrando fundamentos econômicos. Além disso, houve figuras femininas muito importantes que estudaram e lutaram contra a alienação feminina e a opressão para promover uma reflexão sobre a situação social da mulher e mudanças no campo teórico e filosófico e no prático, a própria Simone de Beauvoir é um exemplo de figura participante deste processo.

Uma questão relevante acerca da entrada da mulher no mercado capitalista são as consequências desta para a burguesia e para os homens da classe operária. Ao mesmo tempo que sua força de trabalho se fez necessária, o nível de organização atingido pelas mulheres e a liberdade que estas estavam conquistando abalaram os burgueses. Sua emancipação torna-se uma ameaça e faz com que eles se apeguem à velha moral da solidez familiar, numa tentativa de manter a presença da mulher no lar e garantir a propriedade privada. No caso dos operários, estes também tentaram conter a libertação feminina porque viram nas mulheres concorrentes perigosas, não participando de suas reivindicações apesar de pertencerem à mesma classe.

Em entrevista a revista Caros Amigos (2012, p.6), a deputada brasileira Iriny Lopes falou sobre as principais conquistas do movimento feminista, apontando como atualmente as feministas são mais respeitadas que antigamente, quando eram vulgarmente chamadas de “mal amadas”. De acordo com Iriny, as feministas hoje tem voz, suas ideias são ouvidas e assim conseguiram várias vitórias como a conquista da legislação voltada para a mulher no Brasil. Mas pode-se concluir então que a mulher alcançou a almejada igualdade civil e o fim da opressão? Como dito antes, muitos pensam desta forma, inclusive muitas mulheres que abdicam do feminismo por acreditarem que não há mais causa pela qual lutar, que o objetivo já foi alcançado. Um olhar mais cuidadoso e abrangente acerca das ditas conquistas nos permite perceber sob elas, como coloca Tania Navarro,

a desigualdade de salários e de oportunidades, a pobreza e o analfabetismo preferencialmente feminino, a violência específica que sofrem em seus corpos e em seu lugar no mundo, a eliminação sistemática de bebês-meninas em certos países, a mutilação sexual, a banalização da prostituição, todas formas paroxísticas da violência social contra as mulheres ( 2004, p. 43).

É inegável o aumento da participação feminina no mercado de trabalho nos últimos anos. Entretanto, também não se pode negar a disparidade de salários e de oportunidades em relação aos homens. De acordo com um levantamento feito pela Secretaria de Política para as Mulheres (SPM) e pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), em 2009 58,8% das mulheres com mais de 16 anos trabalhavam, porém entre os homens com mais de 16 anos o percentual era de 81,5%. E segundo outros dados de pesquisas feitas sobre as condições de vida das mulheres brasileiras, apesar das mulheres representarem a maior parte da População Economicamente Ativa (PEA) com nível superior, recebem apenas 63,5% do salário dos homens nos cargos com nível superior completo. No campo da política, as diferenças são exorbitantes já que é por meio dela que as decisões de Estado são tomadas, que o poder é exercido, e é o homem quem detêm o poder.

A violência física sofrida pela mulher é a questão mais delicada. Além dos casos de crimes como assalto e sequestro envolvendo estupro, há também a violência doméstica, a mulher sendo coagida dentro da própria casa. E em determinadas culturas, isso sequer é considerado crime. Como se já não bastasse sofrer a violência indireta da opressão social por ser uma “minoría” subordinada a “maioría” masculina dominante, ainda sofre agressões físicas para que o homem estabeleça e mantenha sua posição de dominador. Mas esta questão de minoría contempla muito mais que apenas uma questão

de inferioridade numérica. No Brasil, por exemplo, as mulheres, de acordo com o Censo Demográfico 2010 do IBGE, estão em maior número do que os homens, correspondendo a mais da metade da população brasileira. As minorias em geral, como os negros, os homossexuais e as próprias mulheres, não estão em número inferior sendo dominadas pela “maioria” branca heterossexual masculina. Se analisarmos os fatos veremos que, na realidade, as minorias em conjunto formam uma maioria oprimida por uma minoria que as subjuga e detém o poder. A questão se resume a conduta humana, presente em todos os níveis de interação e produção social, de classificar, rotular todo o universo, incluindo a si próprio, e a hierarquizá-lo. As relações se dão quase sempre de forma antagônica, sendo fundamentadas em algum nível por ligações de poder e dominação.

Em quase nenhum país o estatuto legal da mulher é idêntico ao do homem, e mesmo quando direitos lhe são concedidos pela legislação, encontra-se dificuldade no seu reconhecimento e efetivação devido a sua falta de importância aos olhos da sociedade. Como dito anteriormente, economicamente, homens e mulheres possuem situações bem diferentes, desfrutando os primeiros de uma condição mais vantajosa, salários mais altos, maiores possibilidades de êxito, mais oportunidades. Ocupam no campo intelectual, na política, no mercado do capital etc., maior número de lugares e as melhores posições. E além desses poderes, ainda há o prestígio das conquistas e avanços da história, como aponta De Beauvoir.

O presente envolve o passado, e no passado toda a história foi feita pelos homens. No momento em que as mulheres começam a tomar parte na elaboração do mundo, esse mundo é ainda um mundo que pertence aos homens. Eles bem o sabem, elas mal duvidam (1970, p. 15).

Sendo as mulheres um grupo de indivíduos mantidos numa situação de inferioridade, elas são de fato inferiores. Mas, segundo De Beauvoir, é sobre a significação e a durabilidade da palavra “ser” que devemos nos debruçar. Ela não possui um valor substancial, imutável, ao contrário, possui um sentido dinâmico. Ser é ter se tornado algo, é ter sido feito algo que hoje é, e as mulheres têm sido inferiores aos homens, ainda o são em vários graus, sua situação lhe confere possibilidades menores, mas isso não precisa se perpetuar.

Muitos homens desejam isso, a perenidade desta condição da mulher. Alguns temem a concorrência feminina, assim como a camada conservadora da sociedade vê na emancipação da mulher uma ameaça a moral e aos seus interesses. E a visão masculina acerca de sua própria superioridade é tão despropositada, que independentemente da sua

situação econômica ou intelectual, sempre acha que está acima dos outros, como um branco pobre que se vê como superior a um negro pobre que em nada difere dele a não ser na cor da pele. Com a mulher não é diferente, “o mais medíocre dos homens julga-se um semideus diante das mulheres” (DE BEAUVOIR, 1970, p. 18). Os homens que sofrem de complexo de inferioridade são um grande exemplo disso. Os mais agressivos, debochados e arrogantes em relação a uma mulher são justamente os complexados, que duvidam de sua virilidade, como aponta De Beauvoir (1970, p. 18). Aqueles que não se sentem diminuídos e intimidados por seus semelhantes, mostram-se muito mais dispostos a considerar a mulher como uma semelhante. Esta hipótese sobre o comportamento masculino contribui para a reafirmação de que a inferioridade da mulher colocada pelo homem tende a refletir a sua própria insegurança e desejo de subjugar e imperar mais do que qualquer tipo de traço de inferioridade que a mulher supostamente possua.

Atualmente no Ocidente, a maioria dos homens nega que seja machista. Eles não se assumem explicitamente como Sujeito absoluto, e por consequência, não colocam, pelo menos não evidentemente, a mulher como ser inferior. Com todo o discurso democrático atual, eles dizem reconhecer todos os seres humanos iguais. Porém, é muito difícil para o homem medir a extrema importância de discriminações sociais que para ele parecem insignificantes ou inexistentes, mas cujas repercussões morais e intelectuais são tão profundas na mulher que podem até parecer fazer parte de sua natureza. A verdade é que,

para um homem ainda é muito mais fácil do que para uma mulher dar a conhecer suas opiniões e vê-las respeitadas. Não tenho dúvidas de que, caso tais opiniões prevaleçam no futuro, continuaremos num estado de barbárie semicivilizada. Pelo menos é assim que defino a perpetuação do domínio de um lado e, de outro, da servilidade. Pois a degradação de ser escravo só se equipara à degradação de ser senhor (WOOLF, 2012, p. 51).

Ainda há muito a ser feito, já teve início o processo de emancipação feminina, mas ele está bem distante de seu fim último. Os países do Oriente médio são o maior exemplo de opressão da mulher hoje e possuem os casos mais alarmantes a respeito dessa questão. As leis machistas fazem das mulheres objetos que podem ser descartados. Quando desagradam de alguma forma o pai, marido ou algum homem, devem ser severamente punidas. Os homicídios, torturas, estupros e agressões são constantes e muitos são abafados pelas autoridades locais. De acordo com estimativas das Nações Unidas, quase 90% das mulheres sofrem algum tipo de abuso doméstico só

no Afeganistão. No Paquistão tem se tornado muito comum ataques com ácido às mulheres e, no Marrocos, mulheres são chicoteadas e/ou apedrejadas em caso de adultério ou qualquer tipo de ofensa ao marido ou outro homem. Esses acontecimentos são noticiados com triste frequência em programas de televisão, jornais, informativos na internet, etc. Esse tipo de comportamento arcaico e completamente inadmissível é uma das razões que justifica a importância do feminismo hoje e, mais ainda, atenta a uma questão que vai muito além da relação entre gêneros.

O feminismo evoluiu muito e possui hoje diferentes ramificações dentro do próprio movimento, com diferentes teorias e que contemplam as mais variadas linhas de pensamento e aspectos da realidade da mulher. A crítica feminista no pensamento pós-moderno propõe a desconstrução do sujeito histórico, político e social tradicionais e promove a análise dos grupos sociais historicamente excluídos. Questiona os tradicionais valores do Sujeito, da razão e do conhecimento e aponta para a valorização da participação da mulher na cultura, na sociedade, na história. Podemos ver hoje uma forte expressão do movimento em sítios na internet, por exemplo, que promovem discussões sobre várias questões pertinentes ao feminismo e até mesmo mais abrangentes, e que também divulgam passeatas, protestos, petições, etc.

As feministas levam hoje para o campo político, público, discussões da esfera privada e do cotidiano, como sexualidade, maternidade, aborto, violência contra a mulher, contracepção, direito ao corpo, salário inferior ao dos homens, entre outros. Expõem ao mundo questões que concernem a mulher e que são negligenciadas, o que acaba por contribuir para o perecimento desta. Elas apontam uma situação de discriminação dentro de uma cultura masculina, denunciando, além das desigualdades legais em relação ao homem, uma diferença cultural que desvaloriza a figura feminina mesmo nas relações mais íntimas e cotidianas.

Ainda hoje muitos acreditam que o principal objetivo do feminismo é defender a ideia de que o sistema matriarcal deveria tomar o lugar do patriarcal. Que sua ambição seria o término da supremacia masculina para a ascensão de uma nova era em que as mulheres estariam no comando. Ou seja, que o feminismo seria o oposto, literalmente a versão feminina do machismo, que é a crença de que os homens são superiores às mulheres. Mas isso é um equívoco. Não existe nenhuma equivalência entre machismo e feminismo, porque o feminismo consiste na busca por uma reforma na estrutura da sociedade, não apenas uma troca de poderes que perpetuaria a opressão de um grupo dito superior sobre outro dito inferior. Seu objetivo é a equidade entre os gêneros, a

derrocada da dicotomia homem e mulher e, quiçá, a igualdade entre todas as classes. De fato existe o sexismo, que são um conjunto de ações que privilegiam determinado gênero. É daí que deriva o machismo. E existem mulheres sexistas que defendem a superioridade da mulher e acreditam que esta deveria ser privilegiada em detrimento dos homens, mas essa é uma linha de pensamento que não condiz com a maior parte das teorias feministas. O feminismo nada tem a ver com privilégios, intolerância e opressão, tem a ver com direitos e deveres, liberdade e respeito. Como aponta Chantal Mouffe,

a política feminista deve ser entendida, não como uma forma de política independente destinada a realizar os interesses das mulheres enquanto mulheres (...), mas sim como uma luta contras as várias formas em que a categoria 'mulher' é construída com base na subordinação (1996, p. 119).

#### 4 O EXISTENCIALISMO FEMINISTA

Como aponta Simone de Beauvoir (1970), existe uma definição vaga e mirabolante do que é mulher e do que é feminilidade, e a sociedade moderna diz que a feminilidade está em perigo, pois as mulheres a estão perdendo. O que significa dizer que um ser humano do sexo feminino não é necessariamente mulher, que para o ser deve possuir a tal feminilidade. A questão é de onde vem essa tal feminilidade? É algum hormônio produzido nos ovários? Ou será que um pouco de maquiagem e saias bastam para dá-la a mulher? Existem várias definições para tal majestosa virtude, entretanto, é difícil ver sua consistência e veracidade. Alguns dizem então que a mulher de verdade não existe mais, e outros afirmam que não se deve pensar em homem e mulher, e sim em ambos como seres humanos, antes e mais que qualquer outra coisa. Entretanto, mulheres que não se afirmam enquanto mulheres ou que se afirmam enquanto homens para gozar dos mesmos privilégios, não dispensam, contudo, as delicadezas e homenagens masculinas.

Existe uma hipocrisia na lida com o tema e mais que isso, uma visão ilusória acerca deste. O fato é que isolar o gênero da condição de ser humano é algo abstrato, pois é intrínseco ao ser humano criar classificações, como raça, gênero, opção sexual, etc., e estabelecer relações a partir disso. Essa é a nossa realidade social, e cada ser humano se enquadra de maneira singular nesse contexto, porém, sem deixar de classificar coisas e pessoas e estabelecer relações em cima disso. A vida em sociedade e seus desdobramentos é inerente a nós, a questão é como lidamos com isso. Podemos hierarquizar as relações e torná-las antagônicas e fundamentadas apenas no interesse por poder, ou procurar estabelecer uma forma de relação igualitária que não fira a singularidade de cada um sem, ao mesmo tempo, acentuar diferenças que não são relevantes quando se trata de cidadania e respeito, como por exemplo, no caso da mulher e do homem. Pelas mais variadas razões, ambos são entes diferentes, mas isso não quer dizer que sejam opostos ou que devam tentar subjugar um ao outro.

Retornando à questão da feminilidade, esta é utilizada ao longo da história como o principal argumento para justificar a dominação masculina sobre a mulher. A essência feminina, fraca e débil, precisa ser subjugada, pois não possui razão nem poder, limitando a mulher a um papel subserviente ao homem, que detém o conhecimento e o poder. Logicamente, uma das principais bandeiras do feminismo é o anti-essencialismo

feminista ou o existencialismo feminista, que refuta esta teoria e mostra o paradoxo existente na polêmica da essência feminina.

“O que é uma mulher? Juro que não sei. E duvido que vocês saibam. Duvido que alguém possa saber” (WOOLF, 2012, p. 14). Como disse Virginia Woolf, é difícil saber o que é uma mulher, e é difícil porque definir um ser em toda a sua complexidade, encaixar em um conceito limitador algo tão heterogêneo e labiríntico, justificar em termos uma existência que nós nem ao menos entendemos. A própria palavra “mulher” já é por si mesmo um juízo que estreita, que reduz, e que qualifica alguém como alguma coisa, mas fundamentado em quê?

É típico do comportamento social do ser humano, entretanto, identificar todas as coisas, atribuir uma essência a tudo, incluindo nós mesmos. Há uma tradição filosófica denominada essencialismo que defende a existência de propriedades essenciais substanciais, segundo a qual todo particular possui alguma propriedade essencialmente. As primeiras ideias essencialistas foram defendidas por Aristóteles, mas a doutrina perdeu força com o nascimento da ciência moderna, todavia, permanece presente na sociedade, principalmente no senso comum.

Em oposição ao essencialismo temos o anti-essencialismo. Este movimento filosófico pertence aos séculos XIX e XX, mas alguns de seus elementos podem ser encontrados no pensamento de antigos filósofos como Sócrates e Santo Agostinho. Sua teoria defende que o pensamento filosófico começa com o sujeito humano, suas ações, sentimentos e sua vivência, sendo sua atitude existencial seu ponto de partida e sendo o indivíduo o único responsável a dar sentido a sua vida.

Dessa forma, a tal essência que todo particular supostamente possui afirmada pelo essencialismo é refutada, pois se o ser se forma através da experiência vivida, não há de fato uma essência invariável, eterna e previamente dada. A essência do ser, aquilo o que ele é, é construído por ele próprio ao longo de sua existência. A essa concepção deu-se o nome de existencialismo, e é nesta linha de pensamento filosófico que o feminismo se cria e se expande.

Existe uma polêmica em torno do termo “essência”. Quando este é ligado ao termo “feminina”, a polêmica se intensifica e sempre se atribuiu ao feminino uma determinada essência, caracterizada pela debilidade, pela loucura, pelo pecado, entretanto, paradoxalmente, esta suposta essência foi construída ao longo da história e imputada à mulher.

De acordo com o existencialismo, não existe uma essência previamente dada, algo que nos define desde o nosso nascimento, inflexível à mudança no decorrer de nossa vida. A nossa essência, aquilo o que define quem somos, é construída a partir da nossa vivência, desde que nascemos, nos tornamos um produto da sociedade a qual pertencemos, os costumes, os valores, os ideais, tudo o que compõe aquela realidade nos é transmitido e se torna nosso alicerce, é a nossa base primária, a partir da qual nos desenvolvemos. No decorrer de nossa existência, através das experiências pelas quais passamos, moldamos nossas crenças e construímos nossas convicções tendo como fundamento aquilo que nos foi passado inicialmente, o que não significa que permaneceremos na mesma linha de pensamento, nosso direcionamento pode ir contra ou a favor de nossa base primária, tudo dependerá da nossa vivência.

Usemos como exemplo a mulher, para demonstrar esse processo de vivência e construção da essência. Qual a primeira ideia que a palavra “feminilidade” desperta em nosso pensamento? Graça, leveza. Poderíamos concluir então que, a feminilidade, a tal essência feminina, realmente existe e está intrínseca em nosso pensamento, mas não nos precipitemos, a imagem da mulher que foi construída pela maior parte das sociedades é a da menina que, quando nova, usa cor de rosa, vestimentas graciosas, brinca de boneca, mantêm-se sempre arrumada e comportada, e que, quando mais velha, casa-se e cuida da sua casa. Existe a possibilidade de trabalho, mas não se pode deixar de lado o cuidado com o lar, os filhos e o marido, e além de tudo, deve manter-se bela e graciosas, porque esse, supostamente, é o instinto feminino, cuidar da família, da vaidade, e viver no privado.

Analisando com cuidado este panorama, todavia, veremos que estes comportamentos não são naturais da mulher, mas são impressos nela desde que esta nasce, por isso, se torna tão complicado compreender que este conceito de mulher é produzido pela sociedade, e que se torna igualmente problemático desconstruir essa ideia, desvincular todos estes conceitos superficiais padronizados da concepção de ser mulher. Essas definições servem apenas para limitar a mulher, padronizá-la e impedi-la de decidir sobre sua própria vida e ter controle sobre seu próprio corpo. Colocam-na como o outro ser, subserviente, com a obrigação de reproduzir o masculino e satisfazê-lo, sem liberdade e autonomia.

Da mesma forma, ao homem, desde seu nascimento, é transmitido um determinado conceito de homem, de macho. Ele é ensinado a agir de modo viril, protetor e com liderança porque ele é o dominante, o *alfa*. A diferença é que para ele,

não é nenhum sacrifício, o homem não precisa abdicar de nada, nem é privado de coisa alguma, sua liberdade, sua autonomia e sua dignidade são preservadas e, todas as suas ambições e desejo de dominação são bem vindos, da mesma forma, todos os seus erros são justificáveis. Essa visão amplamente difundida e profundamente enraizada no imaginário social dificulta em demasia a derrocada da dicotomia homem e mulher, impedindo o fim da divisão binária da sociedade, afinal, como disse Tania Navarro, “(...) por que temos necessidade de uma identidade senão para responder às exigências de uma moldura binária do pensamento?” (2004, p. 59).

Ser mulher já é por si só, uma afronta aos padrões morais masculinos historicamente normatizados. Desafiar os padrões estabelecidos é o que determina a exclusão e assim se dá com a mulher, com os homossexuais, com os negros, etc.

É muito fácil cair no essencialismo quando se reivindica uma identidade, quando se liga o ser a uma prática, a uma atração, a um gosto, nem tão particular assim. Uma definição já é um cerceamento, é demarcar um domínio que logo dará origem a novas exclusões” (NAVARRO, 2004, p. 59).

É nesse âmbito feminista existencialista, que o feminismo procura dizimar a ideia essencialista de uma identidade feminina sem a necessidade de tentar definir e revelar o que é a mulher, buscando a equidade entre homens e mulheres no que tange à cidadania, liberdade e autonomia, como Chantal Mouffe aponta:

se a categoria ‘mulher’ não corresponde a qualquer essência unificada e unificadora, já não será necessário tentar revelá-la (...). Todo o falso dilema de igualdade *versus* diferença é arrasado, uma vez que já não temos uma entidade homogênea ‘mulher’ a enfrentar uma outra entidade homogênea ‘homem’ (...). Perguntar se as mulheres devem tornar-se iguais aos homens a fim de serem reconhecidas como iguais ou se devem afirmar a sua diferença sacrificando a igualdade parece uma questão sem sentido (...) (1996, p. 106).

O mundo está em constante transformação e evolução e, a ciência, a filosofia, etc., acompanham esse movimento, mas a cada pergunta que leva tempo para ser respondida, surgem outras dezenas e, talvez, a questão seja a de que não existam respostas para todos os nossos questionamentos, não haja verdades absolutas, não haja certeza. Talvez o mundo compreenda um emaranhado de sentidos e representações. Opinião, juízo, destino, acaso, emoção, disposição, recusa, aceitação, estratégia, opção. Neste mundo regulado por representações, a essência e a identidade são uma ficção e a incerteza e o paradoxo são conquistas relevantes que nos ajudam a desmascarar as falsas verdades construídas na história, para que, como Descartes em suas *Meditações*, após duvidarmos de tudo e testarmos todas as nossas antigas crenças, possamos descobrir então o que é válido.

A volatilização da essência é a libertação da norma, da disciplina, da exclusão. Em Simone de Beauvoir tivemos a inspiração e os indícios desta *démarche* que na disseminação da identidade pode mudar a ordem do mundo, a ordem do pai, a ordem do falo (NAVARRO, 2004, p. 60).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Bourdieu (1998), uma análise acerca de uma forma de dominação gera consequências sociais, mas que podem ter sentidos contrários. Ela pode tanto reforçar emblematicamente a dominação, quando suas ideias e demonstrações retomarem de alguma forma o discurso dominante, quanto contribuir para neutralizá-la em algum grau, denunciando o problema e revelando detalhes pouco conhecidos pelas pessoas, incitando uma mobilização por parte das vítimas da dominação. Ou seja, uma parte importante é o modo como se coloca aquilo que se quer dizer, mas mais importante, é o modo como quem lê interpreta o que está escrito.

A principal intenção do presente trabalho foi analisar a forma como se deu historicamente a opressão sobre a mulher e de que forma isso ainda está presente na atualidade, e mais que isso, atentar para a importância do movimento feminista no que concerne a essa questão. O feminismo trouxe para o campo político preocupações negligenciadas e ignoradas pela tradição política por parecerem pertencer ao âmbito privado. Mostrou as injustiças cometidas contra as mulheres e o quanto elas vinham sendo ignoradas pela sociedade. Demonstrou que a mulher é tão débil, pecadora ou louca quanto qualquer homem louco, pecador ou débil, e que não há nada de naturalmente inferior em sua figura, a não ser o que homem atribuiu a ela.

Muitos afirmam o absurdo que é a questão da mulher, mas se ela parece tão absurda, é porque a prepotência machista fez isso dela. Procurou-se exaustivamente provar que a mulher era inferior ao homem, superior, ou igual a este, usando todo tipo de argumento, religioso, biológico, filosófico. Para ver com clareza essa questão, todavia, é preciso rejeitar em algum nível os vagos fundamentos de superioridade, inferioridade, igualdade, afinal, todos são relativos e variam de acordo com o ponto de vista. Sem dúvida, é impossível, porém, tratar de qualquer questão humana de forma inteiramente imparcial, livre de qualquer pré-conceito. A própria maneira de expor a questão, as perspectivas adotadas, denuncia uma hierarquia de interesses, por mais inconsciente que seja. No que tange à questão da mulher, porém, acredito que as mulheres ainda sejam as mais indicadas para se colocar sobre o assunto. Nenhum homem sabe realmente como é ser o Outro subjugado ao Sujeito masculino, pertencer ao segundo sexo.

O drama da mulher deve ser tratado fundamentalmente como uma questão de humanidade e não como um capricho feminino. Não deve ser levada em conta noções como felicidade e satisfação, mas liberdade e respeito. Não é um favor da sociedade à mulher, é uma obrigação civil.

A grande dificuldade em lidar com as relações de dominação e opressão é que elas não são tangíveis. São frutos de ideologias que estão presentes no cotidiano, são práticas comuns na realidade social, de maneira explícita ou não, mas são apenas o sintoma dessa “doença social”. As causas estão muito além, se encontram impregnadas no imaginário social, na estrutura primária da sociedade, e é essa estrutura que tem que ser abalada, mas, “é muito mais difícil matar um fantasma do que uma realidade” (WOOLF, 2012, p. 13).

O processo de emancipação feminina ainda está em seu princípio, mas já podem ser vistos progressos que caminham para um fim muito almejado, uma ampla reforma da sociedade, que trará mudanças não apenas para as mulheres. Só uma ação política que realmente considere todos os efeitos de dominação que se exercem entre e através das pessoas (homens e mulheres) e das grandes instituições (Estado, Escola, etc.) poderá de fato trabalhar para reformar a sociedade, contribuindo para o efetivo desaparecimento da dominação masculina.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

DE BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo I**. Fatos e Mitos. Tradução de Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. Atlas, 2008.

HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do Espírito**. Tradução de Paulo Meneses. 2. ed. 2 vols. Petrópolis: Vozes, 1993.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa Social**. Teoria, métodos e criatividade. Vozes, 2010.

MOUFFE, Chantal. **O regresso do político**. Tradução de Ana Cecília Simões. Gradiva, 1996.

NAVARRO-SWAIN, Tania. **Figuras de mulher em Simone de Beauvoir: a mãe, a prostituta**. Caderno Espaço Feminino (UFU), Uberlândia, v. 11, n. 4, p. 43-58, 2004.

\_\_\_\_\_. **Intertextualidade: perspectivas feministas e foucaultianas**. Texto apresentando em mesa redonda no encontro “O legado de Foucault”, UNESP/Araraquara, agosto 2004.

\_\_\_\_\_. **Mulheres indômitas e malditas: a loucura da Razão**. Texto apresentado no VII Colóquio Internacional Michel Foucault, PUC.SP, outubro de 2011.

SCHWARZER, Alice. **Simone de Beauvoir Hoje**. Tradução de José Sanz. Rio de Janeiro: Rocco, 1983.

WOOLF, Virginia. **Profissões para mulheres e outros artigos feministas.**  
Tradução de Denise Bottmann. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2012.